



Mapeamento documental dos anos dourados de Hipólito José da Costa com a coroa portuguesa¹

Álvaro Nunes LARANJEIRA²
Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR

Resumo:

Este artigo vale-se da documentação adquirida nos principais arquivos e bibliotecas portuguesas e brasileiras para ilustrar os 10 anos nos quais o jornalista Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, oficializado como o patrono do jornalismo brasileiro, tirou proveito das auspiciosas relações com a coroa portuguesa em decorrência do currículo acadêmico moldado na faculdade de leis da Universidade de Coimbra e por fazer parte da nata da intelectualidade brasileira em Portugal arregimentada pelo fidalgo lusitano D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Palavras-Chave: Hipólito José da Costa; Documentação; Jornalismo; Mapeamento; Coroa portuguesa

Introdução

Em 2009 foi elaborado o projeto “A matriz intelectual do jornalismo brasileiro”, no qual uma parte fundamental era rastrear a vida do patrono da imprensa no Brasil³, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, desde o nascimento na Colônia do Sacramento, em 25 de março de 1774, até a fuga do Palácio da Inquisição em Lisboa e o subsequente exílio na Inglaterra em 1805. Foi descartado estender a pesquisa ao país britânico, onde o editor do Correio Braziliense ficou até falecer em 11 de setembro de 1823, por entendermos haver trabalhos representativos e convincentes sobre o tema, como os de Carlos Rizzini e Mecenaz Dourado, publicados em 1957.

Delimitado o período, passamos a desenvolver a investigação, percorrendo o longo caminho compreendido pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, o arquivo da Biblioteca Pública de Évora, o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Biblioteca da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a Biblioteca da Academia

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade de Coimbra, email: alvarolarangeira@hotmail.com.

³ A lei federal 9.831, sancionada em 13 de setembro de 1999, instituiu 1º de junho – data da publicação do primeiro exemplar do Correio Braziliense em 1808 – como o Dia Nacional da Imprensa. Com isso, Hipólito foi oficializado como patrono da imprensa brasileira.



das Ciências de Lisboa e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Esses em Portugal. No Brasil, a pesquisa compreendeu o Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

No decorrer da pesquisa esboçava-se um período peculiar na vida do jornalista, da chegada a Portugal, em 1792, à prisão em julho de 1802: durante uma década soube Hipólito José da Costa tirar proveito da aproximação com a coroa portuguesa e da participação como funcionário no quadro administrativo português no reinado do príncipe-regente D. João, o verdadeiro rei de Portugal desde o afastamento por improbidade mental da rainha Maria I, oficializado em 10 de fevereiro de 1792.

Valendo-se do histórico da família na colonização portuguesa na região do Rio da Prata e do desempenho universitário em Coimbra em decorrência da educação familiar privilegiada, Hipólito José da Costa assegurou cartas régias de sesmarias para ele e familiares no Rio Grande do Sul, principalmente nos períodos litigiosos com a Espanha, obteve carta de brasão de nobreza às famílias Costa e Pereira e usufruiu das regalias da proteção do ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, como viajar para os Estados Unidos e México pelo Ministério da Marinha e Ultramar e fazer parte da Casa Literária do Arco do Cego e da diretoria da Impressão Régia pelo Ministério do Reino.

Talvez Hipólito alcançasse expressiva posição na estrutura estatal portuguesa se não fosse escolhido pelo intendente-geral da Polícia portuguesa, Diogo Inácio de Pina Manique, como bode expiatório para atingir o desafeto Rodrigo de Sousa Coutinho. Hipólito José da Costa foi preso sob a acusação de pertencer aos Pedreiros-Livres e Manique, por meio de inquisidores, tentou a confissão do preso para implicar o futuro conde de Linhares com a maçonaria⁴.

Não conseguiu, mas forçou Hipólito a planejar e realizar a fuga com o apoio dos franco-maçons e levou-o a enveredar pelo jornalismo, profissão pela qual se tornou

⁴ Pressão relatada na Narrativa da perseguição, redigida pelo próprio Hipólito e publicada em 1811, em dois volumes, em Londres.

referência no enfrentamento do autoritarismo estatal e da intolerância religiosa⁵ e como o patriota pioneiro da emancipação do Brasil e vanguardista das ideias liberais⁶.

1. As cartas de sesmarias

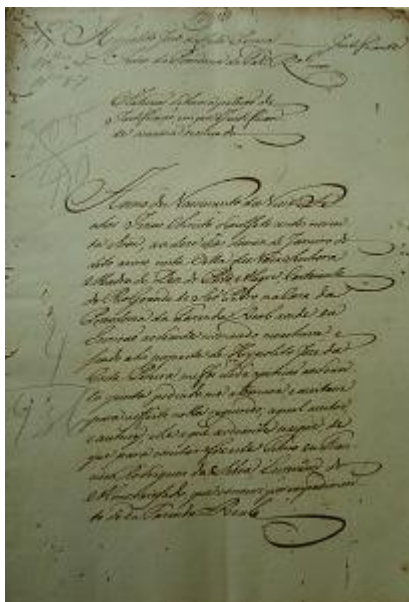


Figura 1 – Justificação de Hipólito José da Costa - 1793
sesmaria - 1794

Fonte – Arquivo Histórico do RGS



Figura 2 – Registro da concessão da

Fonte – Arquivo Histórico do RGS

A história da história do Hipólito José da Costa remonta à segunda década do século 18, quando em 18 de fevereiro de 1718, na Colônia do Sacramento, desembarcaram 60 casais oriundos da região portuguesa Trás-os-Montes. Portugal intensificava a colonização daquele protetorado encravado no estuário latino e razão das freqüentes discórdias com a Espanha. Faziam parte do grupo Vicente Pereira e Madalena Martins Pinto de Mesquita. Natural de São Pedro de Alfândega da Fé, freguesia pertencente a Bragança, o casal teve onze filhos⁷, sendo Ana Josefa Pereira de Mesquita o último.

⁵ “De todos os valores que se apreciam na vida de Hipólito, é, por certo, 'o amor à liberdade constitucional fundada na obediência a leis sãs' que faz dele o patrono da imprensa brasileira”. Riopardense de Macedo, 1975, p. 85.

⁶ “Escrevendo longe do Brasil, marcha de mãos dadas com o povo brasileiro, na evolução do processo da independência, passando do pleito da autonomia, na fórmula da união com Portugal, ao da separação deliberada e consciente.” Barbosa Lima Sobrinho, 1996, p. 120.

⁷ A relação consta no capítulo Genealogia da família de Hipólito José da Costa, em XAVIER, Paulo, 1997.



A caçula dos Pereira nasceu em 5 de setembro de 1741 e em Sacramento mesmo casou em junho de 1773 com o militar fluminense – natural de Saquarema – Félix da Costa Furtado de Mendonça. No ano seguinte, em março, dia 25, pariu o primeiro dos quatro filhos⁸ do casal, e em homenagem à irmã Luiza Hipólita de Almeida, falecida em 1771, batizou o primogênito como Hipólito. O menino ficou na terra natal por pouco tempo.

Em 3 de junho de 1777 a Colônia de Sacramento capitulou diante do exército espanhol⁹. O general Pedro Seballos descumpriu a promessa de enviar todos os moradores de Sacramento ao Rio de Janeiro e remeteu para Buenos Aires quem não tivesse dinheiro para pagar a propina da viagem à capital do Brasil. Na capital platina, dois meses depois, nasceu Felício, o primeiro irmão de Hipólito, e as famílias Costa e Pereira ficaram sob o jugo espanhol até 1778, quando Portugal e Espanha colocaram em prática o Tratado de Ildefonso e a delimitação territorial no sul da América. A Colônia do Sacramento passou em definitivo para a Espanha, restando aos antigos moradores as terras conturbadas do Continente de São Pedro.

O governo português, para garantir o território demarcado entre Laguna e a Colônia do Sacramento, concentrou a realocação dos contrerrâneos expulsos nas regiões do rio Camaquã, do canal São Gonçalo e da lagoa Mirim, localizados na parte meridional do Rio Grande do Sul. A vila de Rio Grande, recém-reconquistada dos espanhóis, acolheu a maior parte da diáspora da Colônia de Sacramento e por ali e arredores aportaram as famílias Costa e Pereira, esta constituída pelos irmãos Pedro Pereira Fernandes de Mesquita (sobrenome por parte da avó materna), Antônio Pereira Fernandes de Mesquita, Antônia Pinto de Mesquita e Maria Pereira de Mesquita, além da mãe do Hipólito.

O nascimento de José Saturnino em Rio Grande, em novembro de 1780, e a cessão de datas de terra em fevereiro de 1781 selaram a permanência do grupo na região.

⁸ Hipólito, Felícia (1775), morta ainda pequena, Felício Joaquim da Costa Pereira (1777-1818), primeiro pároco de Pelotas/RS, e José Saturnino da Costa Pereira (1780-1852), matemático formado em Coimbra, militar, professor, ministro e senador.

⁹ O padre Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, tio do Hipólito, relatou a capitulação, publicada em 1868 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Obtiveram as porções de terra o pai de Hipólito José da Costa e os dois tios clérigos¹⁰. O alferes da infantaria da praça da Colônia do Sacramento Félix da Costa Furtado de Mendonça recebeu o terreno nas primeira e segunda forquetas do rio São Gonçalo e aos padres Antônio Pereira e Pedro Pereira foram concedidas propriedades no Rincão de Pelotas.

A concessão da segunda leva de terras à família teve a participação do agora estudante da Universidade de Coimbra. Preparado para a única universidade do império pelo tio Pedro Pereira, chamado de padre doutor por causa do bacharelado em Cânones obtido em 1752¹¹, Hipólito saiu de Rio Grande em direção a Coimbra no início de 1792, realizou os exames de Latim e Filosofia Racional e Moral – exigidos para ingressar na universidade – e em 29 de outubro do mesmo ano ingressou no primeiro ano de Filosofia, procedimento obrigatório para cursar Leis¹².

Em janeiro de 1793 a Casa da Provedoria da Fazenda Real, em Porto Alegre, recebeu a justificação do pedido de sesmaria por parte de Hipólito José da Costa (figura 1) e mais as do pai e do tio Pedro Pereira. Em 13 de novembro de 1794 foram oficializados os registros de sesmaria. Os três receberam propriedades contíguas na parte setentrional do sangradouro da lagoa Mirim¹³.

A segunda recorrência de Hipólito José da Costa na questão das terras familiares ocorre em abril de 1801, quando o já bacharel e servidor da coroa solicita ao príncipe-regente D. João ordem para o governador do Rio Grande do Sul confirmar as cartas de sesmaria dele, do pai e do tio, em função do questionamento da posse “por pessoas que, em razão da falta de clareza de títulos, que há nas terras de todo aquelle continente, poderiam perturbar a posse das mesmas fazendas”¹⁴.

Na argumentação do requerimento o futuro jornalista ressalta os serviços recém-prestados na América do Norte – ele retornara havia cinco meses da viagem de dois

¹⁰ Códice F 1231, 151r, 151v e 152v, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹¹ Pedro Pereira frequentou a Universidade de Coimbra entre 1748 e 1752. Ver PARMAGNANI, p. 46.

¹² Em 18 de outubro de 1793 Hipólito matriculou-se no primeiro ano jurídico. Livros de matriculas das faculdades de Filosofia e Leis - Arquivo da Universidade de Coimbra

¹³ Sesmarias, códice F 1247, fls. 271 a 276 – Arquivo Histórico do RGS.

¹⁴ ACL, CU 019, ex. 5, doc. 380 - Arquivo Histórico Ultramarino.



anos e três meses aos Estados Unidos e México para a Secretaria da Marinha e Negócios Ultramarinos a pedido do então ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho –, sua dedicação a D. João como funcionário da coroa e a crença na sensibilidade do rei.

A solicitação foi atendida, com a devida carta régia enviada em 1º de setembro ao Rio Grande do Sul, e Hipólito expressou-se agradecido, como fizera na nomeação para a viagem à América do Norte, no convite a integrar os quadros da Typographia Chalcographica Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego e como faria na nomeação como diretor literário da Impressão Régia.

2. A solicitação do Brasão de Armas

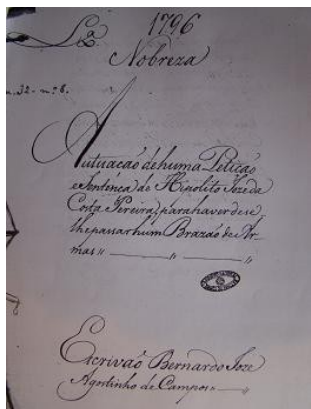


Figura 3 – Requerimento do Brasão de Armas
Fonte – Arquivo Nacional da Torre do Tombo



Figura 4 – O Brasão de Armas para a família
Fonte – Cartório de Nobreza, livro 5, fl. 174

Em 12 de setembro de 1796, o Cartório de Nobreza em Lisboa recebeu o pedido por parte do estudante Hipólito José da Costa Pereira do pedido do Brasão de Armas. O solicitante firmou a argumentação na origem nobre das famílias Costa e Pereira. Tanto o ramo dos avós maternos quanto o dos avós paternos preenchiam as exigências para a ascendência ao brasão nobiliárquico. Nas genealogias dos parentes maternos oriundos da lusitana São Pedro de Alfândega da Fé e da parte paterna naturais de Macacu e Itambi, no Rio de Janeiro, nada abonava as regras do Livro da Nobreza. “Tanto o suplicante quanto seus pais e avós são pessoas nobres”, garantia o averiguador da sentença.

Para ser considerado nobre era exigido possuir propriedade com criados armas e cavalos, não constar no currículo quaisquer crimes de lesa-majestade – divina ou humana, destacava o documento –, e também se desconhecer nos laços sanguíneos vestígios de judeus, cristãos-novos, muçulmanos e negros. “Sem sangue infecto”, ressaltava o parecer do redator da documentação¹⁵. Em 18 de fevereiro de 1797 o brasão dos Costa e Pereira¹⁶ foi passado por D. João ao promissor bacharelando de Leis Hipólito José da Costa e posteriormente serviu como adorno da parede ao lado da sepultura do jornalista, na Igreja de St. Mary, em Hurley, Berkshire, na Inglaterra¹⁷.

3. As nomeações

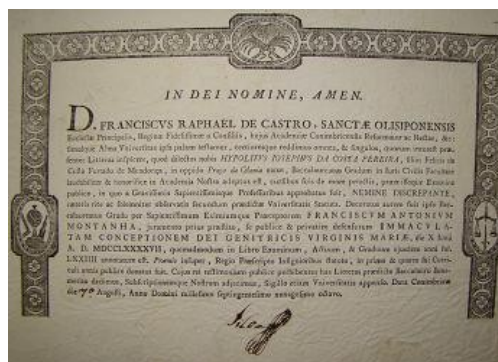


Figura 5 – Diploma de Hipólito José da Costa em Leis - 1798

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra

O interrogatório seguinte dá-se na prisão do Limoeiro¹⁸, decorridos dois meses da detenção, entre o inquisidor e Hipólito, na sessão denominada *in genere* pelo Regimento do Santo Ofício¹⁹:

“Em que idade começou a estudar?

- Não poderei dizer com certeza.

Fixe ao menos com probabilidade a época em que deixou o mestre de ler e escrever, para passar ao estudo da gramática latina?

- Seria aos nove anos.

¹⁵ *Autuação de huma Petição e Sentença de Hipólito Joze da Costa Pereira, para haver de se lhe passar hum Brazão de Armas* – Cartas de Nobreza, maço 32, doc. 8 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁶ A descrição do brasão encontra-se em RIZZINI, Carlos, 1957, p. 25.

¹⁷ Rizzini, p. 24.

¹⁸ Hipólito primeiro ficou preso no Limoeiro por seis meses (agosto/1802 – janeiro/1803) e depois foi transferido para o Palácio da Inquisição.

¹⁹ O regimento estabelece o interrogatório em três sessões: a primeira é a da genealogia, perguntando sobre familiares e parentes; a segunda, *in genere*, induz às acusações; e a terceira, *in specie*, conduz à confissão e delação. Narrativa da perseguição, 1811, pp. 58-65.



Sabe ou suspeita a razão por que de tão tenra idade o fizeram entrar para o estudo da gramática latina?

- Não.

O compêndio da gramática latina era o antigo dos jesuítas ou algum dos modernos?

- O Novo Método do Padre Antônio Pereira²⁰.

Que línguas mortas estudou além da latina?

- Grega.

Que línguas vivas estudou?

- Todas aquelas que na Europa são mais necessárias...

Que motivos teve para estudar estas línguas?

- O desejo de me pôr em estado de poder aprender as ciências, o que não poderia bem fazer sem entender os livros que nessas línguas estão escritos.”

...

A conversa ilustra bem a intenção do interrogador em associar o réu ao jesuitismo e ao jacobinismo, por meio da educação e da leitura dos livros estrangeiros, e reforça a formação precoce e consistente do interrogado graças ao privilégio de conviver com dois tios formados em Coimbra – Antônio Pereira também se formou em Cânones. Em Rio Grande, por exemplo, Pedro Pereira reservou uma peça na casa e contratou um professor de Porto Alegre específico para lecionar gramática latina a quem se interessasse, enquanto o religioso ensinava outras disciplinas aos sobrinhos, com vistas a Coimbra.

A preparação frutificou. No final do primeiro ano jurídico o sobrinho Hipólito José da Costa foi premiado por “pluralidade” em ata do curso de Leis publicada em 30 de julho de 1794. A condecoração na Casa dos Conselhos se repetiria em 26 de julho de 1797, premiando-o pelo mesmo motivo como aluno do quarto ano do curso de Leis²¹. Três meses após a formatura em 5 de junho de 1798, Hipólito José da Costa era incorporado à Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos para uma

²⁰ A obra consta na lista dos livros do inventário do pai de Hipólito. Rio Grande, 1º cartório, ano 1819, autos 189, maço 8 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

²¹ Livro das Actas do curso de Leis – 1772-1820, pp. 120, 121, 164, 165.



viagem político-econômico-científica ao exterior, aos moldes das viagens filosóficas²² tão ao gosto do Estado português.

O currículo do novo bacharel chegara ao conhecimento de Rodrigo de Sousa Coutinho. O aristocrata português afilhado do Marquês de Pombal fora nomeado em 1778 ministro plenipotenciário e enviado extraordinário em Turim, por D. Maria I, e lá ficou até 1796, quando foi chamado pelo regente D. João para substituir o falecido ministro Martinho de Melo e Castro na Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Dom Rodrigo defendia o imediato investimento científico-tecnológico em Portugal e principalmente no Brasil, para aproveitar o potencial da maior colônia do império lusitano. Por esta razão, notabilizou-se por vasculhar e arregimentar a nata da intelectualidade brasileira formada em Coimbra e da Academia Real das Ciências de Lisboa, passando a ser conhecido por historiadores como o idealizador do “império luso-brasileiro”, determinante na independência do Brasil e na reformulação da história política e cultural luso-brasileira nas duas primeiras décadas do século XIX.

Uma das primeiras providências de D. Rodrigo no cargo foi criar em 1798 a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares e empregar o amigo franciscano José Mariano da Conceição Veloso, botânico e naturalista brasileiro autor do famoso compêndio *Flora Fluminense* e responsável por importante acréscimo do acervo do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, com a doação de espécies exóticas coletadas no Brasil antes da viagem para Portugal em 1790, na comitiva do vice-rei cessante D. Luís de Vasconcelos e Sousa.

Nos dias 2, 22 e 24 de setembro de 1798, Hipólito José da Costa recebeu as cartas com as recomendações para a viagem. A primeira, do frei José Mariano Veloso, dizia ter “toda a confiança que no decurso da viagem hum so momento esquecerá do que deve a S. Alteza, ao Ministro da sua repartição, que o abonou, a sua Pátria, e a seus

²² Expedições a países ou regiões cuja tarefa era relatar todos os detalhes possíveis, dos recursos naturais às culturas locais. O principal idealizador foi Domingos Vandelli, com a obra *Viagens Filosóficas, ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo nas suas peregrinações naturalistas deve principalmente preservar*, texto básico nas aulas de História Natural frequentadas por Hipólito.



amigos para deixar de encher a sua comissão e forma que nos encheu a todos de gosto”²³.

Seguiam ao elogio a determinação de fazer um diário com todas as observações e as recomendações para prestar atenção no território norte-americano principalmente no *issin glass*, ou cola fina, feita das vesículas de peixe de água doce e utilizada para depurar vinho e cervejas; na cola feita com bacalhau; na domesticação de búfalos e criação de cavalos; em todos os tipos de mineração; nas espécies de pinheiros e das novas gramas comestíveis desconhecidas na Europa; e nas culturas do tabaco, algodão, índigo, chás, cânhamo e vinhas²⁴.

Dom Rodrigo, no caso, anunciava a ajuda de custo de 200 mil réis e mais um aporte de 600 mil se a missão superasse um ano²⁵, e indicava a entrega da carta de recomendação ao ministro português Cipriano Ribeiro Freire ao aportar na Filadélfia, conhecer os tipos de cultura do tabaco diferentes dos cultivados no Brasil e enviar as sementes, mandar seguidos relatórios da agricultura americana, anotar as árvores das quais tiram o açúcar e manter-se atento a quaisquer obras hidráulicas nos Estados Unidos úteis para melhorar a navegação em rios e canais.

Quanto ao México, deveria Hipólito pretextar uma viagem como naturalista ou a negócios para obter na colônia espanhola a cochonilha²⁶ e comparar aos exemplares existentes no Rio de Janeiro e Santa Catarina. “Dos frutos que forem experimentados dos seus primeiros trabalhos logo que chegar aos Estados Unidos dependerão os maiores favores que V. M. então poderá esperar da Real Grandeza de S. M.”²⁷, finalizava D. Rodrigo Coutinho.

O trabalho realizado por Hipólito agradou a D. Rodrigo. No retorno do espião-explorador-jornalista no final de 1800, o agora ministro de Estado da Fazenda

²³ Coleção Conde de Linhares, maço 18, fl. 3 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

²⁴ A carta do frei Veloso, referida acima, tem 4 páginas, com o detalhamento dos itens citados.

²⁵ Hipólito partiu em 16 de outubro, chegou aos EUA na primeira semana de dezembro e retornou a Portugal em agosto de 1800. A partir de 1799 recorreu várias vezes a Dom Rodrigo para remessa de dinheiro. Documentação em Ofícios Filadélfia-Lisboa – Arquivo Histórico Ultramarino.

²⁶ Inseto do qual se obtém o corante vermelho denominado cochonila.

²⁷ Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Hipólito José da Costa Pereira Furtado – Arquivo Histórico Ultramarino.



empregou-o na Casa Literária do Arco do Cego, estabelecimento particular alimentado por verbas estatais e criado em 1799 por Rodrigo de Sousa Coutinho para privilegiar a edição de obras das ciências naturais, exatas, médicas e humanas, com maior ênfase no desenvolvimento do Brasil. A direção ficava a cargo do frei Veloso e tinha como colaboradores vários brasileiros, entre os quais Antônio Carlos e Martim Francisco, irmãos de José Bonifácio de Andrada e Silva e colegas de Hipólito na Universidade de Coimbra.

Hipólito trabalhou como tradutor, aproveitando os conhecimentos em inglês e francês iniciados na Vila de Rio Grande com o tio padre-doutor e aprimorados na América do Norte, e também publicou trabalhos próprios, resultantes das observações da viagem aos Estados Unidos e México. A sintonia com Coutinho ficou explicitada em 7 de dezembro de 1801. Decidido a reformular a administração da Impressão Régia, D. João, atendendo ao pedido do ministro da Fazenda, assinou decreto com a incorporação da Casa Literária do Arco do Cego à tipografia real e a reformulação da junta administrativa.

O frei José Mariano da Conceição Veloso ficou à frente da diretoria e o bacharel Hipólito José da Costa assumiu o cargo de diretor literário. Com essa função, Hipólito viajaria em abril do ano seguinte à Inglaterra, a pedido de D. Rodrigo, para comprar equipamentos – a versão oficial. Porém, os contatos com a maçonaria inglesa vazaram e chegaram ao gabinete do intendente da Polícia, o qual determinou a prisão do emissário do ministro tão logo chegasse a Lisboa. E assim foi feito, com a devida omissão do simpatizante maçônico Rodrigo de Sousa Coutinho.

4. Considerações finais

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça reservou a cada um dos principais personagens nesses 10 anos auspiciosos com a coroa portuguesa o valor correspondente à importância em sua vida. Ao desembargador Pina Manique destinou o veneno e o menosprezo. “Assim, ficou a administração a um homem, que havendo alcançado algumas dignidades na Magistratura, no Reynado precedente, pelo simples talento de prender criminosos, com quem vivia familiarmente para os conhecer,



adquiriu por isso necessariamente muitas das más qualidades da perversa gente, com que de ordinário lidava. Era este Diogo Ignácio de Pina Manique...”, alfinetava na página 234 do terceiro tomo do livro História de Portugal, editado em Londres em 1809 e pelo qual ficara responsável de escrever sobre os reinados de Dona Maria I e D. João. “Manique, tão máo de coração, como ignorante”, sentenciaria, seis páginas adiante.

Ao mecenas D. Rodrigo de Sousa Coutinho se manteve cordial e complacente. À portaria de 17 de setembro de 1811, proibindo a circulação do Correio Braziliense no império português, assinada no Brasil pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – oficializando e corroborando a medida de recolher os exemplares da publicação, adotada em dezembro de 1810 pelo governo do Rio Grande do Sul –, Hipólito guardou a ironia, dizendo ser obra “do célebre inspetor de Moinhos de Vento, conde de Linhares”²⁸. Quanto a D. João VI, posicionou-se Hipólito como consciência crítica dos reinados do monarca: crítico com as atitudes, afável com o protagonista.

Referências

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA e ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. O iluminismo luso-brasileiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

BAENA, Visconde Sanches de. Archivo heráldico-genealógico. 2 vols. Lisboa: T. O. Antunes, 1872.

BARROS, Antonio & DUARTE, Jorge. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BARROSO, Vera; BROCHADO, Suzana; TASSONI, Tatiani. Açorianos, proprietários de terras no Rio Grande do Sul – 1770-1800. In: BARROSO, Vera (org.). Açorianos no Brasil – História, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

BENTO, Cláudio Moreira. Hipólito da Costa – o gaúcho fundador da imprensa no Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Gênese/Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2005.

CADIOU, François et al. Como se faz a História – historiografia, método e pesquisa. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

²⁸ Volume XIX, p. 104. Coleção Correio Braziliense, Biblioteca Nacional do Brasil.



- CARDOSO, Walter. Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822): procedências e graus obtidos. In: Universidade(s) – História, memória, perspectivas. Congresso História da Universidade 7º Centenário. Actas 3. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991. pp. 165-180.
- CARVALHO, José Liberato Freire de. Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho. Lisboa: Assírio & Alvim, 1982.
- COSTA, Hipólito José da. Correio Braziliense ou Armazém Literário. Vols. 30 e 31. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001.
- _____. Cartas sobre a francomaçomaria. Rio de Janeiro: Typ Imp Cons Seignot-Plancher C, 1833.
- _____. História de Portugal. 3 vols. Londres: Officina de F. Wingrave, T. Boosey, Dulau e Co. e Lackington, Allen e Co., 1809.
- _____. Descrição da arvore assucareira, e da sua utilidade e cultura. Lisboa: Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1800.
- _____. Descrição de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens: offerecida a Real Marinha Portuguesa. Lisboa: na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800.
- _____. Diário da minha viagem a Filadélfia 1798-1799; Copiador e registro das cartas de ofício. Lisboa: ICS, 2007.
- _____. Historia de Portugal, composta em inglez por uma sociedade de litteratos, traslada em vulgar com as notas da edição franceza, e do traductor portuguez, Antonio de Moraes da Silva; e continuada até os nossos tempos em nova edição: por Hippolyto José da Costa – Tomo III. Londres: Offic. De F. Wingrave; T. Boosey; Dulau e Co. e Lackington, Allen e Co., 1809.
- _____. Memória sobre a viagem aos Estados Unidos. Revista do IHGB, vol. 21, 1858, pp. 351-365.
- _____. Narrativa da perseguição de Hyppolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural da Colonia do Sacramento, no Rio-da-Prata, prezo, e processado em Lisboa pelo pretensu crime de framaçon ou pedreiro livre. 2 vols. Londres: W. Lewis, 1811.
- DOURADO, Mecenas. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- FERREIRA, João Pedro Rosa. O jornalismo na emigração: ideologia e política no Correio Braziliense. Lisboa: Inic, 1992.
- _____. A Universidade de Coimbra na formação cultural e ideológica dos promotores da emancipação do Brasil. O caso de Hipólito José da Costa. In: Universidade(s) – história, memória e perspectivas, acta 5, 1991.
- FURTADO, Alcebiades. Biographia de Hippolito José da Costa Furtado de Mendonça. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. 17, 1912. pp. 205-240.
- HOHLFELDT, Antonio & OLIVEIRA, Samir Rosa de. Matrizes da imprensa brasileira – Correio Braziliense x Gazeta do Rio de Janeiro. In: Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Natal, 2008.
- HOMEM de MELO, F. J. M. Biografia de Hipólito José da Costa Pereira. Rio de Janeiro: RIHGB, 1871, vol. 34, pp. 203-245.



- LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al (org.). A casa literária do Arco do Cego – bicentenário (1799-1801). Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- MELO, José Marques de. Jornalismo brasileiro. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MESQUITA, Pedro Pereira Fernandes de. Relação da conquista da Colônia por D. Pedro Seballos. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo 31, parte primeira, 1868.
- MORAIS, Francisco de (org.). Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- PARMAGNANI, Jacob José. O padre doutor – a vida de Pedro Pereira Fernandes de Mesquita. Canoas: La Salle, 2002.
- PAULA, Sergio Goes de (org.). Hipólito José da Costa. São Paulo: Editora 34, 2001.
- RHEINGANTZ, Carlos. Os últimos povoadores da Colônia de Sacramento. Porto Alegre: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1951, pp. 329-425.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (orgs.). Comunicação e História – interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Globo Universidade/Mauad X, 2008.
- RIOPARDENSE de MACEDO, Francisco. Hipólito da Costa e o universo da liberdade. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1975.
- RIZZINI, Carlos. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- RUBERT, Arlindo. História da Igreja no Rio Grande do Sul. Vol. I Época colonial (1626-1822). Porto Alegre: Edipucrs, 1994.
- SANTAELLA, Lucia. Comunicação e pesquisa. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. Hipólito da Costa, pioneiro da Independência do Brasil. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1996.
- TENGARRINHA, José. História da imprensa periódica portuguesa. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1989.
- XAVIER, Paulo. Hipólito José da Costa – um observador econômico na América. Porto Alegre: IEL, 1997.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Universidade de Coimbra

- Matrículas dos alunos nos cursos de Cânones, Filosofia, Leis, Matemática e Medicina no período entre 1772 e 1823
- Certidões de Idade dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra no período de 1772 a 1823;
- Exames, actos e graus das faculdades de Cânones, Filosofia, Leis, Matemática e Medicina no período de 1772 a 1823;
- Actas dos cursos de Cânones, Filosofia, Leis, Matemática e Medicina nos períodos de 1772 a 1834;
- Livro das Provas de Curso das faculdades de Cânones, Filosofia, Leis, Matemática e Medicina no período 1772 a 1823;
- Processos das Cartas de Curso dos séculos XVIII e XIX;



Arquivo Histórico Ultramarino

- Conselho Ultramarino – Reino – Portugal
- Conselho Ultramarino – Brasil – Rio de Janeiro
- Conselho Ultramarino – Brasil - Rio Grande do Sul
- Correspondência do Reino – Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

- Inventários e testamentos de Rio Grande e Pelotas

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

- Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar, 115 folhas. Por D.V. 1779 – manuscrito 405 – Série Vermelha, vol. I.

Biblioteca Pública de Évora

- Manuscritos dos originais do Diário da minha viagem a Filadélfia e do Copiador e Registro das Cartas de Ofício, de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça;

FONTES IMPRESSAS

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

- Livros paroquiais da Colônia do Sacramento

Arquivo da Universidade de Coimbra

- Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820) – volumes I e II
- Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)
- Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820) – volumes I e II

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

- Catálogo das sesmarias

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Casa da Suplicação – Processos de justificação de nobreza para obtenção de cartas de brasão.
- Mesa da Consciência e Ordens - Habilitações para a Ordem de Cristo

Biblioteca e Arquivo Histórico da Imprensa Nacional-Casa da Moeda

- Decreto da Instituição da Nova Junta – 29 de dezembro de 1801

Biblioteca Nacional do Brasil

- Correio Braziliense – 1808 a 1822



Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- Revista do IHGB – 1839 a 2009